

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



AUTÓGRAFO DE LEI N° 7.508/2022

PROJETO DE LEI N° 89/2022

Dispõe sobre o "Programa de Reabilitação Social das Pessoas com Deficiência Visual", no município de Franca, e dá outras providências.

(Projeto de Lei de autoria dos Srs. Vereadores Donizete da Farmácia e Daniel Bassi)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Franca,

APROVA

- Art. 1º Fica assegurada a observância das condições necessárias para a reabilitação social das pessoas com deficiência visual, visando à recuperação e reintegração à vida social, bem como à promoção, proteção e garantia do exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa, no município de Franca.
- Art. 2° O atendimento aludido no art. 1° desta Lei deverá observar os seguintes campos temáticos:
- I orientações e mobilidade;
- II atividade de vida autônoma AVA;
- III atendimento psicossocial;
- IV atendimento psicológico.
- Art. 3º Para o atendimento do disposto nesta Lei poderão ser elaborados convênios com entidades, instituições e organizações sociais sem fins lucrativos que atuem diretamente no apoio e assistência às pessoas com deficiência visual, e que apresentem comprovada experiência na área.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



- § 1º Tanto nos casos de oferta direta pelo Poder Público, quanto nos casos de oferta por entidades conveniadas, o atendimento previsto no art. 2º desta Lei observará todos os requisitos de qualificação profissional estabelecidos em legislação vigente.
- § 2° A celebração de convênios poderá prever serviços complementares àqueles estabelecidos no art. 2° desta Lei, tais como a qualificação técnico-profissional da pessoa, o desenvolvimento educacional mediante aprendizagem em Braile, entre outros, sendo que em qualquer caso esta oferta não substituirá as obrigações que couberem ao Poder Público.
- Art. 4° O atendimento do disposto nesta Lei não impede a oferta, por parte do Poder Executivo, de outros serviços complementares, através de sua rede de proteção social, que colaborem para o aprimoramento e cumprimento dos objetivos desta Lei.
- Art. 5° O Poder Executivo poderá regulamentar, através de Decreto, e no que couber, a presente Lei.
- Art. 6° As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.
- Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Franca, 23 de agosto de 2022.

CLAUDINEI DA ROCHA	PASTOR SÉRGIO PALAMONI
Presidente	Vice-Presidente